



# Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 044/23 DE 2023.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 012, DE 25 DE MAIO DE 2023.

*Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais, fundado na Lei nº 2420, de 15 de setembro de 2014, e dá outras providências.*

**FABIOLA ALVES DA SILVA**, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE VOTORANTIM, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** Fica concedida à empresa **Rocky Publicidade Ltda.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob nº 30.905.094/0001-09, e no Cadastro Fiscal deste Município de Votorantim (Inscrição Municipal-IM) sob nº 33802, pelo prazo de 72 (setenta e dois) meses, isenção parcial do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, no percentual de **39,31%** (trinta e nove vírgula trinta um por cento), incidente sobre a base de cálculo tributável referente às atividades de prestação de serviços, constantes da Lista de Serviços do art. 144 do Código Tributário Municipal - CTM (Lei nº 1602/2001), e realizadas pela referida empresa junto a seu estabelecimento tributário situado neste Município de Votorantim.

§ 1º A isenção de que trata o “caput” deste art. 1º, efetuada com base na Lei Municipal 2420/2014, não abrange o ISS decorrente da obrigatoriedade, da empresa beneficiada, de retenção e recolhimento do citado tributo, que deverá ser retido e recolhido de maneira integral, nos termos do art. 149, § 2º, do CTM, quando se tratar de serviços contratados/tomados pela mesma.

§ 2º A isenção parcial prevista no “caput” deste artigo fica condicionada a:

**I** - manutenção, pela empresa beneficiada, de seu efetivo funcionamento neste Município de Votorantim e por todo o prazo de concessão do benefício;

**II** - observância, pela empresa beneficiada, de todos os deveres instrumentais, previstos na legislação tributária municipal, decorrentes das atividades por ela executadas e/ou tomadas, mantendo sua escrituração fiscal regular; e

**III** - ao pagamento do ISS devido, relativo aos serviços prestados e/ou tomados pela empresa beneficiada.

§ 3º No caso do não cumprimento de qualquer uma das condições previstas nos incisos do § 2º deste art. 1º, passará a ser devido o ISS na integralidade incidente sobre a atividade de prestação de serviços efetuada pela empresa beneficiada, a partir da comprovação do respectivo inadimplemento e da efetiva cassação da isenção.

§ 4º Tratando-se da situação prevista no inciso III do § 2º, deste art. 1º, a perda do benefício somente ocorrerá se comprovado o não



# Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

Estado de São Paulo

pagamento do ISS pelo prazo de 03 (três) meses consecutivos e/ou 06 (seis) meses alternados.

§ 5º Ocorrendo a perda do benefício, nos termos do § 4º, deste artigo, o imposto será devido integralmente, inclusive, em relação às competências em que se verificar o inadimplemento, utilizadas como causa para cassação da isenção parcial prevista no “caput” deste artigo.

**Art. 2º** A isenção parcial tratada no art. 1º terá como termo inicial o mês de competência seguinte ao da publicação desta lei, encerrando-se automaticamente, sem que exista necessidade de manifestação da Administração Tributária, após o transcurso do prazo de 72 (setenta e dois) meses, sendo que, a partir de então o ISS será devido na totalidade, sem qualquer tipo de redução/desconto.

**Art. 3º** As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta das verbas próprias, consignadas em orçamento.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Votorantim, 25 de maio de 2023.

**FABÍOLA ALVES DA SILVA**  
**PREFEITA MUNICIPAL**